

LEI COMPLEMENTAR Nº 13/2011

***“ALTERA E ACRESCENTA
DISPOSITIVOS DA LEI Nº 725/95, NA FORMA QUE
ESPECIFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS”.***

O Prefeito Municipal de Angelina, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber a todos que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º O §1º do art. 138 da Lei Nº 725/95 passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 138 [...]

§1º O servidor detentor de cargo de provimento efetivo que contar com 10 (dez) anos consecutivos ou 15 (quinze) anos alternados de serviço público perante o Município de Angelina, em exercício de função gratificada ou função de confiança, poderá incorporar ao vencimento 100% (cem por cento) do valor percebido a tal título.”

Art. 2º Ficam acrescidos ao art. 138 da Lei Nº 725/95 os seguintes parágrafos:

“Art. 138 [...]

§1º [...]

§2º [...]

§3º A parcela a ser incorporada na forma do §1º deste artigo, será a correspondente à função gratificada ou função de confiança, percebida pelo maior tempo de provimento.

§4º Após a realização do procedimento de incorporação fica vedada a percepção de qualquer outra função gratificada ou função de confiança.

§5º Caso o servidor que obteve a incorporação venha a prover cargo comissionado, deverá licenciar-se do cargo de provimento efetivo.

§6º É vedada a incorporação de subsídios recebidos a título de ocupação do cargo de Secretario Municipal.

§7º Após a efetivação da incorporação da parcela ao vencimento, atendidas as condições dispostas no §1º deste artigo:

I - tal valor será utilizado para composição dos proventos de aposentadoria e pensão, observadas as disposições constitucionais e às da Lei federal Nº 10.887/2004, ou outra que venha a substituí-la;

II - sofrerá as revisões gerais concedidas aos servidores ativos;

III - comporá base de cálculo para a incidência de contribuições-previdenciárias ao ANGEPREV;

IV - não terá atualização ou revisão por reajuste do valor da função de confiança ou função gratificada.”

Art. 3º Fica reconhecida e autorizada à incorporação ao vencimento, para efeito de reflexos nos proventos de aposentadoria e pensão, da parcela indicada no *§1º do art. 138 da Lei 725/95*, cuja incorporação tenha se dado até a data de publicação desta Lei.

Art. 4º Os valores pagos a título de gratificação de função gratificada ou função de confiança aos servidores efetivos apenas comporão a remuneração-de-contribuição vertida para o ANGEPREV, após a ocorrência da incorporação indicada no *§1º do art. 138 da Lei 725/95*.

Art. 5º O art. 63 da Lei Nº 725/95 passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 63 O adicional por tempo de serviço é concedido de ofício, a cada período de cinco anos de exercício, até o máximo de 07 (sete) quinquênios, na proporção de 5%, incidente exclusivamente sobre o vencimento-base.”

Art. 6º O art. 14 da Lei Nº 725/95 passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 14. Ao servidor efetivo que tiver formação em nível superior ou a título de pós graduação, e desde que não seja exigido como habilitação mínima para o cargo que ocupa, fica assegurada promoção equivalente a 5% do seu vencimento-base para cada titulação, limitada a concessão de duas promoções - 10% (dez por cento).

Parágrafo Único – A formação a que se refere o caput deste artigo deverá ser obtida em curso reconhecido pelo MEC e guardar relação com as funções do respectivo cargo efetivo que ocupa, devendo-se o seu pagamento ser lançado em rubrica própria na folha salarial.”

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, sendo que os efeitos estabelecidos para a nova redação do art. 63 da Lei Nº 725/95 operam-se a partir de 01/01/2012.

Angelina, 12 de Dezembro de 2011

Gilberto Orlando Dorigon
Prefeito Municipal